



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 06.02.2015**

3 Ao sexto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 10h, no auditório localizado no
4 piso térreo do prédio situado à rua Angélica, número 100, Jardim das Flores, município de Osasco,
5 realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP sob a
6 presidência do Diretor Acadêmico da instituição, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto. Participaram:
7 a Vice-Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari, o Vice-Diretor Administrativo,
8 Sr. João Marcelino Subires; os coordenadores de graduação: Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado, de
9 Ciências Econômicas; Profa. Dra. Márcia de Carvalho Azevedo, de Administração; Prof. Dr.
10 Marcello Simão Branco, do Eixo Comum e Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda, de Ciências Atuariais.
11 Ainda, o Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveira, vice-coordenador de Relações Internacionais, Profa.
12 Dra. Heloisa Candia Hollnagel, vice-coordenadora de Ciências Contábeis e o Prof. Dr. Ricardo Luiz
13 Pereira Bueno, coordenador do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações
14 Públicas. Também participaram os representantes docentes, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic, o
15 Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet e o Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira; a Profa. Dra.
16 Regiane Nitsch Bressan, representante do NAE, bem como os representantes dos técnicos-
17 administrativos, Sra. Crysthian Grayce Raviani e Sra. Emilia Tiemi Shinkawa. O Sr. Andreas Leber
18 justificou ausência. E, como convidado, compareceu o Prof. Dr. Bolívar Godinho de Oliveira, para
19 apresentar o item da pauta referente à Comissão de Orçamento Institucional e, também, as
20 servidoras, Sras. Patrícia de Oliveira e Rosângela da Silva Rocha, incumbidas de apresentarem o
21 sexto ponto da pauta. A Profa. Dra. Nena Geruza Cei e a Profa. Dra. Cínthia Rejane Möller de
22 Araújo, estiveram presentes assistindo à reunião, assim como os discentes Alexandre Jorge de
23 Holanda e João Pedro Alves Couto Morelli. O presidente iniciou a sessão às 10h32min submetendo
24 à aprovação as atas de reuniões anteriores que eram simultaneamente projetadas e apreciadas pelos
25 membros: • **05/dezembro/2014** – não havendo correções, objeções ou observações, em regime de
26 votação, o documento foi aprovado pela maioria, com apenas uma abstenção; • **05/setembro/2014**
27 – da mesma forma, o documento foi aprovado pela maioria dos presentes, com duas abstenções e,
28 por fim, • **04/fevereiro/2013** – também aprovada por maioria dos votos e quatro abstenções. O
29 presidente perguntou se os estudantes presentes eram representantes discentes e, nesse caso
30 deveriam compor a mesa. Sendo apenas ouvintes, os alunos permaneceram na plateia. O Prof.
31 Murilo, então, deu início aos **INFORMES DA DIRETORIA ACADÊMICA** e, enquanto
32 aguardavam a projeção de dados sobre as matrículas da primeira chamada, ele convidou à palavra o
33 Prof. Ricardo Bueno para compartilhar: • **Autorização da CAPES do Programa de Pós-
34 Graduação em Economia e Desenvolvimento pela CAPES** - O professor comemorou a
35 aprovação, sem diligência ou qualquer tipo de pendência, ocorrida no final do ano anterior e a
36 autorização para início das atividades em 2015. Ressaltou que aquele era o primeiro mestrado
37 acadêmico e, portanto, um marco para a EPPEN. O presidente cumprimentou a todos os envolvidos
38 e anunciou: • **Formatura da primeira turma** - Ele convidou a todos para a colação de grau não
39 solene a ocorrer no dia 12/fevereiro, naquele mesmo auditório. Ressaltou que a ocasião era motivo
40 de orgulho para a instituição e para todos que colaboraram até a chegada do importante estágio.
41 Com a palavra, a Profa. Claudia destacou que dos 22 formandos, 12 eram do curso de Relações
42 Internacionais, 2 de Ciências Econômicas e 8 de Administração. Ainda com a palavra, a professora
43 informou sobre: • **Matrículas**, divulgando o total de 164 estudantes matriculados na primeira



44 chamada. Ela elencou o número de inscritos por curso e destacou que houve uma redução da
45 demanda em relação ao ano anterior e, também, explicou que, historicamente, as chamadas
46 posteriores atraíam estudantes menos propensos ao cancelamento. Ressaltou que as notas de corte
47 tinham sido altas. O Prof. Eduardo ponderou que, no corrente ano, os resultados da FUVEST
48 tinham sido divulgados na mesma época que os resultados da UNIFESP e, assim, menos
49 cancelamentos deveriam ser esperados. Retomando a palavra, o Prof. Murilo deu continuidade aos
50 informes: • **Revista Entreteses e Boletim Eletrônico** – Ele falou sobre o convite recebido dos
51 editores da Revista Entreteses e do Boletim Eletrônico para que todos os docentes colaborassem
52 com a pauta das publicações, enviando artigos sobre seus projetos de pesquisa e outras variedades.
53 Divulgou o endereço eletrônico para apresentação de material: www.unifesp.br/entreteses. Passou,
54 então, a palavra ao Vice-Diretor Administrativo para os **INFORMES DA DIRETORIA**
55 **ADMINISTRATIVA**. O Sr. João Subires forneceu dois informes: • **Crise Hídrica** - Detalhou as
56 questões abordadas em reunião com a SABESP, em especial, a solicitação feita pela empresa de um
57 estudo sobre o melhor aproveitamento da água no *campus*. Ele explicou que tal estudo já estava
58 sendo encaminhado em conjunto com a Profa. Liege, responsável pela Divisão de Gestão
59 Ambiental, e a ProPlan, visto que quaisquer medidas dessa natureza envolveriam a infraestrutura do
60 prédio. Assinalou o caráter básico do estudo elaborado pelo *campus*, justificando que a troca do
61 parque hidráulico seria muito onerosa. Informou que estimava ter o estudo concluído para a
62 próxima reunião. O Prof. Murilo acrescentou que poderia ser levantado o custo de um carro pipa; •
63 **Escassez de Recursos** - Destacou que fora recebido apenas 1/12 da verba esperada, cujo montante
64 não era suficiente sequer para pagar as despesas correntes e que uma redução de aprox. 30% de
65 gastos com contratos de serviços era solicitada; • **Reforma dos Telhados** - Explicou que os
66 trabalhos que estavam sendo realizados na área do restaurante universitário, somente durante o
67 horário do almoço e finais de semana para causar o mínimo de transtorno aos servidores.
68 Retomando a palavra, o Prof. Murilo esclareceu que na reunião com a SABESP foram detalhadas as
69 medidas de contenção de água que já haviam sido implementadas, como a redução na pressão e a
70 campanha de conscientização. Acrescentou que a empresa se ofereceu para ministrar cursos de
71 formação e palestras para a comunidade universitária. Assinalou que a proposta do *campus* era
72 solicitar que a Comissão de Gestão Ambiental pautasse o assunto e desse continuidade ao trabalho
73 elaborando medidas concretas para a redução do consumo de água. O Prof. Eduardo ponderou sobre
74 a necessidade de criação de um plano de contingência com ações de divulgação rápidas nos
75 períodos em que a água viesse a faltar. O Sr. João esclareceu que isso já acontecia e comunicou que
76 a própria Reitora e reitores de outras instituições haviam formado um grupo de trabalho com
77 pessoal especializado no assunto para elaborar planos de ação. Ressaltou que toda a expertise se
78 reunira em esforço conjunto. O Prof. Eduardo questionou se, em caso de racionamento, o
79 Regimento Interno permitiria a decretação de medidas emergenciais, ao que o Prof. Ricardo Bueno
80 e o vice-diretor administrativo responderam afirmativamente, ressaltando, porém, que somente em
81 caso de estado de emergência oficialmente decretado. Findos os INFORMES da direção, a Profa.
82 Márcia pediu licença para anunciar • **Reconhecimento do Curso de Administração** – A
83 coordenadora compartilhou o reconhecimento do seu curso, assinalando que a partir do mês de
84 fevereiro, todos os cursos teriam seus projetos pedagógicos avaliados pelo Conselho de Graduação
85 (CG). O Prof. Ricardo Bueno demonstrou estranheza ao fato do MEC ter aprovado e publicado
86 através de portaria o reconhecimento dos cursos antes mesmo da própria instituição tê-lo feito
87 internamente e pediu que sua manifestação fosse registrada em ata. A vice-diretora, então, lembrou



88 que as comissões de cursos haviam demorado para enviar os seus projetos pedagógicos para a Pró-
89 Reitoria de Graduação, por isso a demora da homologação pelo CG. O Prof. Eduardo Machado
90 comentou que o curso de Ciências Econômicas tinha sido o primeiro a apresentar o projeto que, no
91 entanto, estava sendo encaminhado junto com os demais. A vice-diretora acrescentou que ela
92 própria, quando ainda coordenadora do curso de Ciências Econômicas, poderia já ter encaminhado
93 o PPC e, portanto, todos os outros coordenadores poderiam tê-lo feito. O presidente esclareceu que
94 a ProGrad havia cobrado os projetos, mas, infelizmente, o *campus* não tinha condições de
95 apresentá-los, muitas vezes por não ter o corpo docente formado, entre outros motivos. A Profa.
96 Heloisa contestou dizendo que os projetos pedagógicos tinham sido apresentados em
97 dezembro/2013 por ocasião do credenciamento dos cursos no e-MEC. A Profa. Claudia voltou a se
98 manifestar dizendo ser importante também registrar em ata que o procedimento de aprovação dos
99 cursos do *campus* Osasco foi diferente do restante da UNIFESP e a EPPEN recebeu as comissões
100 do MEC antes dos PPCs terem sido aprovados no Conselho de Graduação. O presidente deu início
101 ao **EXPEDIENTE**: convidando o Prof. Bolívar Godinho de Oliveira para passar o informe da
102 Comissão de Orçamento Institucional, objeto do item: **(1) Orçamento 2015** - O professor
103 anunciou que apresentaria a evolução dos gastos nos anos anteriores e as perspectivas para 2015 e
104 2016. Ele projetou os dados previamente fornecidos pela Diretoria Administrativa e destacou a
105 diminuição de recursos recebidos pelo *campus* Osasco, apontando que, apesar de ter havido um
106 aumento em relação ao ano de 2013, os valores recebidos em 2014 eram menores que os de 2012. O
107 Prof. Ikeda ponderou que, nos primeiros anos, qualquer *campus* demandava maior investimento por
108 conta da instalação. Retomando a palavra, o Prof. Bolívar assinalou que, assim como os outros
109 *campi*, a maior despesa de Osasco se referia a gastos com segurança, seguida por manutenção
110 (como a do telhado e outras reformas já processadas no prédio) e tarifas públicas (SABESP e
111 ELETROPAULO). Somados, esses 4 itens representavam 80% da despesas. Assim, constatou que
112 as medidas de contingência elaboradas para enfrentar a crise hídrica teriam também impacto nas
113 despesas. Nesse momento, a Sra. Juliana Mateusa esclareceu que apenas os custos SABESP e
114 Eletropaulo eram variáveis. O Prof. Bolívar assinalou a redução de custos conquistada pela gestão
115 atual, citando os esforços das diretorias acadêmica e administrativa na revisão e renegociação de
116 contratos antigos e assinatura de novos em melhores condições, mencionando o contrato de aluguel
117 de impressoras. Reforçou que alguns contratos foram extintos e outros foram introduzidos, como a
118 assinatura de periódicos. Explicou as necessidades do *campus* e tranquilizou os conselheiros ao
119 informar que Osasco não era o único, compartilhou que todos os *campi* da UNIFESP tinham ficado
120 devedores. Ele também explicou que os R\$ 178 milhões liberados no dia anterior sofriam muitas
121 restrições e divulgou as ações recomendadas pela Reitoria. A Profa. Luciana pediu a palavra para
122 esclarecer que as recomendações da Reitoria eram aquelas porque nenhuma outra proposta tinha
123 sido apresentada. A Profa. Heloísa lamentou que os recursos destinados ao *campus* não fossem mais
124 bem utilizados. Ela sugeriu que a expertise de alguns profissionais da casa fosse aproveitada. A
125 Profa. Luciana detalhou a composição da Comissão de Orçamento Institucional e sua característica
126 paritária e, ainda, afirmou que tinham sido feitos convites para participação desde a primeira
127 reunião realizada em julho de 2014. O Prof. Bolívar achou uma boa ideia a participação de alguém
128 da área de Contábeis colaborando com a comissão e a Sra. Juliana lembrou que, em breve, o seu
129 próprio assento estaria vago por conta da sua licença maternidade, prevista para se iniciar em
130 junho. A Profa. Nena, por sua vez, afirmou que o corpo docente de Ciências Contábeis contava com
131 um professor exatamente com essa especialidade. Com a palavra, o Prof. Murilo lembrou que a



132 paridade era uma exigência da ProPlan e, portanto, as expertises eram muito bem vindas, mas,
133 provavelmente, suas contribuições provavelmente se restringiriam ao *campus*. Acrescentou que o
134 rodízio de componentes e colaboradores na comissão também era uma boa ideia. A Profa. Luciana
135 reforçou que a comissão representava o *campus*, porém, em sua opinião, a discussão com as bases
136 era fundamental para que propostas adequadas surgissem e fossem levadas. Citou a dificuldade de
137 reunir essas bases no *campus* Osasco e, para exemplificar, traçou paralelo com o PDI, cuja
138 indiscutível relevância não fora capaz de atrair a participação massiva para o debate. O Prof.
139 Ricardo Bueno pediu a palavra para registrar que o Conselho Curador havia se pronunciado sobre o
140 orçamento institucional, indicando ações como propostas de adequação de contratos, destinação de
141 recursos que já constassem, fosse como custeio ou investimento. Ele salientou que a situação,
142 apesar de grave, era normal no serviço público. O Prof. Bolívar lembrou que R\$ 5 milhões tinham
143 sido deixados de usar no ano de 2008 e, de fato, a destinação de recursos já constantes era uma
144 preocupação. Assim, o presidente sugeriu como encaminhamento o reforço da comissão com a
145 contribuição de alguém da área de Ciências Contábeis e que o grupo se reunisse antes do CONSU
146 para defender a proposta que melhor favorecesse o *campus* Osasco. Ele lembrou que a previsão era
147 que, logo depois do carnaval, haveria a reunião da ProPlan para, em seguida, a proposta vencedora
148 ser aprovada no CONSU de março, o que ele considerou muito otimista. O Prof. Bolívar disse que,
149 de qualquer forma, aguardaria a indicação do colaborador de Contábeis para que a comissão
150 começasse a trabalhar. O Prof. Murilo reforçou a fala do Prof. Ricardo Bueno afirmando que o
151 plano do *campus* Osasco em relação ao PPA, desde o ano de 2013, era que os recursos fossem
152 incluídos na lei orçamentária, porém, o entrave político decorrente da perda do mandato do
153 Deputado João Paulo Cunha, autor da Emenda de 150 milhões para o campus Osasco no PPA,
154 impediu o avanço. Ele citou os esforços infrutíferos da Reitoria junto ao MEC, que haviam sido
155 retomados no começo de 2015 pelo vice-prefeito de Osasco e dois de seus assessores que
156 manteriam contato permanente com Brasília de forma a articular uma ofensiva no sentido de
157 receber esses valores. Encerrado o ponto, o presidente passou para o item seguinte: **(2) Calendário**
158 **de aulas 2015** - Ele comentou que, de acordo com o calendário acadêmico aprovado no CG, as
159 aulas começariam efetivamente no dia 02 de março e, para cumprimento do ano letivo que se
160 iniciaria em 23 de fevereiro, havia sido instituída a Semana de Calouros de 23 a 27 de fevereiro.
161 Explicou que, no entanto, o calendário SISU estava atrasado e a segunda chamada de calouros só
162 aconteceria em 26/fevereiro e, considerando que historicamente o aluno EPPEN era aquele
163 matriculado em terceira chamada, se as aulas se iniciassem nas datas previamente propostas, as
164 turmas não estariam completamente formadas. Acrescentou que, por essa mesma razão, a Atlética
165 tinha adiado a programação da Semana de Calouros. Assim, consultou os membros sobre a melhor
166 decisão, manter tais datas ou adiar o início das aulas. Feitas as considerações de vários membros e
167 esclarecido que, mesmo em caso de adiamento, restariam 15 semanas letivas de modo que os
168 programas pudessem ser cumpridos, **foi aprovada por unanimidade a proposta de novo**
169 **calendário com início das aulas em 02/março/2015 para os alunos veteranos e em**
170 **09/março/2015 para os calouros**. Em seguida, tratou-se: **(3) Calendário de Reuniões da**
171 **Congregação 2015** - A proposta de calendário para as reuniões ordinárias da Congregação para o
172 ano de 2015 foi projetada e feitos os ajustes propostos **o calendário 2015 aprovado por**
173 **unanimidade e uma abstenção, como segue: 06/fevereiro, 06/março, 10/abril, 08/maio,**
174 **12/junho, 03/julho, 07/agosto, 04/setembro, 02/outubro, 06/novembro e 04/dezembro/2015**. O
175 presidente passou novamente a palavra ao Prof. Bolívar para apresentação do ponto: **(4) Assinatura**



176 **de Acordo de Cooperação Técnica com a ANBIMA** - O professor falou sobre a proposta de
177 convênio, sem custo, com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de
178 Capitais para oferecer no *campus* Osasco o curso de Educação Financeira. Ele descreveu as
179 principais características do curso de 40 horas, ministrado totalmente à distância, informando que os
180 alunos teriam 60 dias para concluir todas as etapas dos 5 módulos previstos e cujo certificado seria
181 emitido ao final e em conjunto com a UNIFESP, mediante indicação da ANBIMA dos alunos aptos
182 a recebê-lo. Enfatizou a gratuidade do curso, a linguagem acessível, a indicação para qualquer área
183 de formação e a ausência de pré-requisitos e destacou que a única exigência da ANBIMA era que o
184 curso fosse considerado atividade complementar. Ele também se comprometeu a repassar aos
185 conselheiros, via *e-mail*, o vídeo de apresentação do curso. O presidente fez algumas observações
186 acerca da redação da proposta de convênio, assim como também fizeram os outros membros, e
187 colocou em regime de votação. **O Termo de Cooperação Técnica com a ANBIMA foi aprovado,**
188 **desde que procedidos os ajustes sugeridos de constar UNIFESP/EPPEN em vez de somente**
189 **UNIFESP. E, ainda, com o compromisso de que o documento seguiria para análise da**
190 **Coordenadoria de Convênios, bem como da Procuradoria e, havendo sugestões de alteração**
191 **no conteúdo, voltaria para ser novamente apreciado pela Congregação.** A Profa. Cíntia Rejane
192 Möller de Araújo chega e passa a assistir a sessão. O Prof. Murilo iniciou o ponto (5)
193 **Regulamentação da progressão para a Classe D/Professor Associado** - O Prof. Murilo
194 perguntou se todos haviam recebido a documentação referente ao tema e mencionou que havia
195 consultado um dos membros da Congregação que fazia parte da ADUNIFESP, ressaltando que o
196 fato de consultar a associação não significava ter de seguir ou acatar as possíveis recomendações.
197 Ele chamou a atenção para duas alterações no documento e explicou que a ascensão à outra classe
198 implicaria em outra avaliação. Sugeriu votar favoravelmente e aguardar sugestões sobre a
199 pontuação. Foram projetadas as duas propostas de pontuação e colocadas em regime de votação, por
200 maioria dos votos, venceu a proposta que indicava o mesmo peso para as quatro dimensões
201 avaliadas (25 pontos para cada). Nesse momento, às 12h40min a Profa. Márcia pediu licença para
202 sair pois tinha sido convocada para uma sindicância. O presidente, então, passou para o ponto: (6)
203 **Pedido de Flexibilização da Jornada de Trabalho (30 Horas) da Divisão de Serviços Gerais e**
204 **da Divisão de Contratos** - As servidoras responsáveis por cada uma das divisões pleiteantes, Sras.
205 Rosângela da Silva Rocha e Patrícia Oliveira respectivamente, utilizando apresentação que era
206 simultaneamente apresentada, explicaram a ampliação do horário de atendimento em 3 horas e
207 meia, o esquema de revezamento, bem como, asseguraram que o planejamento elaborado por cada
208 equipe de trabalho já tinha sido previamente aprovado pela Comissão 30 Horas. Assim, o presidente
209 confirmou com os presentes que todos estavam esclarecidos sobre a reivindicação e **o pedido de**
210 **flexibilização da jornada de trabalho foi unanimemente aprovado**, sendo efetivo a partir do dia
211 01/abril/2015. O Prof. Murilo concedeu a palavra ao Prof. Ricardo Bueno para que fosse tratado o
212 ponto (7) **Oferta à CAPES - UAB do Curso de Bacharelado em Administração Pública** - Com
213 a palavra, o docente solicitou autorização da Congregação para participação no edital da CAPES
214 visando oferecer o novo curso de bacharelado em Administração Pública e oferecer novamente o
215 curso de mestrado em Gestão Pública, ambos semipresenciais. Ele explicou que havia pensado
216 sobre a melhor forma de trazer esses cursos para o *campus* Osasco e a conclusão fora que o
217 caminho seria consultar a Congregação sobre a participação naquele referido edital e posterior
218 reflexão sobre os critérios de implantação. Ele assinalou o apoio de 3 docentes e do coordenador
219 adjunto da UAB, o qual viria a fazer parte do Núcleo Docente Estruturante, no momento em que



220 este viesse a ser criado. Defendeu a educação através de novas mídias e submeteu à aprovação dos
221 conselheiros a participação da EPPEN naquele edital. A Profa. Claudia Tessari ponderou que a
222 reflexão sobre a oferta de bacharelado semipresencial deveria preceder a inscrição no edital o que,
223 em sua opinião, enriqueceria o debate. Demonstrou seu receio e declarou sentir falta da discussão
224 prévia. Com a palavra, a Profa. Heloísa esclareceu que o curso já era ofertado com sucesso por
225 várias universidades federais. Enfatizou que não se tratava de um curso piloto e frisou que os cursos
226 à distância chegavam para ficar, assim como o uso de recursos novos. O Prof. Ikeda corroborou a
227 fala da Profa. Heloísa, acrescentando que em épocas de “vacas magras” era altamente efetiva a
228 busca por recursos extras. O Prof. Luis Hernan se posicionou favorável à proposta, porém,
229 questionou se docentes específicos seriam contratados para tais cursos. O Prof. Ricardo Bueno
230 respondeu que seriam 20 docentes e que o Projeto Pedagógico só necessitava ser ajustado. O Prof.
231 Murilo, então, disse não ter conhecimento de Projeto Pedagógico ao qual a escola iria aderir.
232 Acrescentou que havia conversado com a Pró-Reitora de Graduação em exercício, Profa. Jaqueline
233 Luz, tendo apurado que a UNIFESP oferecia somente cursos de especialização à distância e que a
234 questão do oferecimento de cursos de graduação ainda necessitava ser debatido em toda a
235 UNIFESP. Julgou precipitada a adesão a um formato pré-estabelecido. O Prof. Ricardo Bueno
236 explicou que a proposta era participar do edital e depois passar por todas as instâncias da UNIFESP
237 e, assim, estabelecer o debate. O Prof. Ikeda ponderou que a estrutura necessária para atendimento
238 de tais cursos era somente aquela de que já se dispunha e, em sua opinião, era subutilizada. O Prof.
239 Eduardo, por sua vez, quis saber qual era o regime de trabalhos dos 20 docentes em questão e se os
240 cursos eram gratuitos ou pagos. O Prof. Ricardo Bueno esclareceu que os docentes prestariam
241 concurso para trabalhar com uma carga horária à distância e também presencial. Já o Prof. Ikeda
242 confirmou que os cursos seriam gratuitos. A Profa. Claudia voltou a externar a sua preocupação em
243 conhecer exata e detalhadamente o que seria aprovado ou rejeitado naquela sessão. O Prof. Ikeda
244 esclareceu que a proposta era apresentada naquele momento por força dos prazos do edital e se a
245 universidade não oferecesse o bacharelado, perderia o credenciamento. Acrescentou que a UFSC já
246 estava oferecendo dentro da UNIFESP. Destacou que o orçamento era de 18 milhões de reais
247 somente para esse bacharelado. Reforçou que se a UNIFESP não oferecesse, outras universidades o
248 fariam e, possivelmente, se consolidariam na empreitada, dificultando qualquer possibilidade de
249 reversão da situação. O Prof. Flávio externou seu desconforto diante de suas dúvidas a respeito da
250 alocação e regime de trabalho desses 20 docentes, dos prazos do edital e para abertura de novas
251 janelas dessa mesma natureza e, por último, questões relacionadas aos recursos. O Prof. Ricardo
252 Bueno respondeu que as estimativas sobre esses docentes tinham por base os parâmetros utilizados
253 no ensino à distância e que as vagas desses profissionais seriam do campus e não de qualquer
254 área ou departamento, assim, caberia à instituição definir como lotá-los. Acrescentou que o regime
255 de trabalho poderia ser Dedicção Exclusiva. Esclareceu que um novo edital seria aberto somente
256 em 2018. O Prof. Ikeda corrigiu a informação dizendo 2019. O Prof. Ricardo Bueno terminou
257 respondendo que o executor dos recursos era a CAPES que, por sua vez, descentralizava para a
258 universidade. Esclareceu que o ordenador de despesas era o coordenador da UAB que atestava as
259 despesas que de alguma forma eram revertidas para o ensino à distância. Ele também declarou que
260 o núcleo UAB estava muito satisfeito com o bom trabalho que vinha sendo executado pela
261 UNIFESP, o que proporcionava resultados positivos ao núcleo. O Prof. Eduardo perguntou se o
262 valor mencionado de 15 milhões seria destinado ao *campus* Osasco ou à UNIFESP, ao que o Prof.
263 Ricardo Bueno respondeu que seria para Osasco e que seria possível colocar isso como condição.



264 Com a palavra, a Profa. Regiane disse ver prós e contras na proposta do colega e perguntou se não
265 seria possível aproveitar primeiramente as oportunidades dos cursos de curta duração para somente
266 depois darem um passo maior e também quis saber qual seria a participação dos alunos. O Prof.
267 Ricardo Bueno respondeu que a UNIFESP já oferecia cursos de curta duração presenciais e
268 semipresenciais e que a participação dos alunos desse tipo de graduação seria equivalente aos
269 outros, pois, o seu coordenador também teria assento na Congregação. O Sr. João Subires indagou
270 sobre a infraestrutura necessária para o funcionamento desse curso e obteve a resposta de que o
271 padrão das instalações físicas que já se tinha seria suficiente e, ainda, as licenças já obtidas para
272 *webconferences* também agregariam facilidade e supririam as necessidades do curso. O Prof. Ikeda
273 reforçou que somente poderiam participar do edital os polos já credenciados e a Profa. Heloísa
274 ressaltou que os procedimentos e o controle de qualidade seriam os mesmos dos cursos presenciais
275 já existentes. Retomando a palavra, o presidente assinalou o caráter delicado do tema, cujos
276 aspectos deveriam ser muito bem costurados, no entanto, declarou que em seu entendimento o
277 debate não seria impedido pelo encaminhamento que, eventualmente, fosse dado ao assunto
278 Recapitulou que a questão colocada era decidir entre a participação no edital que estava aberto
279 naquele momento ou aguardar 4 anos até a abertura de nova janela, satisfazendo, assim, a
280 necessidade da UNIFESP discutir esse relevante tema. A Profa. Márcia sugeriu a formação de uma
281 comissão para amadurecer a discussão. O Prof. Ricardo Bueno solicitou, então, a aprovação como
282 constava naquele momento, com as devidas considerações colocadas pelos membros. O Prof.
283 Murilo, então, confirmou que todos os membros estavam esclarecidos e perguntou quem era
284 favorável à **proposta colocada pelo Prof. Ricardo Bueno, condicionando à aprovação do**
285 **Projeto Pedagógico em todas as instâncias e à destinação dos recursos ao campus Osasco, e,**
286 **por maioria dos votos foi aprovada.** O Prof. Ricardo Bueno deixou claro que seria formado um
287 Grupo de Trabalho para análise e esclarecimento de quaisquer dúvidas. Dessa forma, o presidente
288 passou para o item **(8) Regulamentação da Comissão de Bancas** - Ele explicou que o Regimento
289 da Comissão de Bancas havia sido submetido à Procuradoria Federal que não havia feito qualquer
290 consideração antes de encaminhar o documento para a ProPessoas que, por sua vez, também não
291 tinha objeções com exceção de uma observação referente à redação do Artigo 14º, que tratava das
292 reuniões do órgão assessor da Congregação. Tendo-se em vista que, de acordo com o Regimento
293 Geral da UNIFESP, a alocação de vagas cabe à Congregação, a redação sugerida era suprimir a
294 frase: “*A Comissão de Bancas reunir-se-á sempre que for necessário para alocação de vagas,*
295 *elaboração de editais ou composição de bancas para concursos docentes no campus Osasco da*
296 *Unifesp*”, substituindo-a por: “*A Comissão de Bancas reunir-se-á sempre que for necessário para*
297 *o exercício de suas competências*”. Julgando pertinente a observação daquela pró-reitoria, **os**
298 **conselheiros unanimemente aprovaram a alteração.** E, em seguida, o presidente tratou do ponto
299 **(9) Substituição do Prof. Eduardo Machado pela Profa. Luciana Rosa como representante do**
300 **curso de Ciências Econômicas na Câmara de Pós-Graduação pro-tempore** - Com a palavra, o
301 Prof. Eduardo Machado justificou que devido à sobrecarga de trabalho em várias comissões havia
302 conversado no âmbito do curso de Ciências Econômicas e ficara acordado que o coordenador iria,
303 paulatinamente, repassando algumas atividades para os colegas e a Profa. Dra. Luciana Rosa de
304 Souza, sentindo-se motivada, o substituiria na Câmara de Pós-Graduação *pro-tempore*. Com a
305 palavra, o Prof. Ricardo Bueno esclareceu que a questão fora pautada como substituição de
306 representante de curso, porém, a Profa. Luciana representaria os pesquisadores dessa área de
307 conhecimento, pois, o assento de coordenador do programa de pós-graduação em Economia e



308 Desenvolvimento era ocupado pelo Prof. Dr. Paulo Costacurta de Sá Porto. O Prof. Murilo lembrou
309 que isso havia sido acordado em reunião da Congregação, que aprovava esse formato em caráter
310 *pro-tempore*. Recapitulou que os coordenadores de curso não tinham assento na Câmara de Pós-
311 Graduação, mas como o órgão ainda funcionava em caráter *pro-tempore* e em fase de elaboração do
312 regimento, tudo dependeria da redação final, que poderia prever ou não o assento para
313 representantes dos pesquisadores de cada área ou somente representantes dos programas de pós-
314 graduação. **Em regime de votação, a alteração do nome do Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado**
315 **pela Profa. Luciana Rosa de Souza foi aprovada por unanimidade.** O presidente passou para o
316 ponto: **(10) Alteração do regime de trabalho de professores do curso de Ciências Atuariais.** –
317 Ele explicou que o tema tinha sido solicitado pela coordenação do curso de Ciências Atuarias que
318 encaminhara ata de reunião do curso que aprovava a manifestação de interesse dos professores Dr.
319 Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub, Dr. Ricardo Hirata Ikeda e Ms. Luiz Augusto Finger
320 Maluf em alterar o regime de trabalho de 40 horas para Dedicção Exclusiva. Ele explicou que já
321 havia antecipado ao coordenador do curso que, de acordo com o Regimento, essa alteração só
322 poderia se dar após encerrado o período de estágio probatório e, portanto, os docentes Prof. Dr.
323 Arthur Weintraub e Prof. Ms. Luiz Maluf teriam de aguardar e somente o pedido do próprio
324 coordenador poderia ser submetido à aprovação da Congregação. O presidente esclareceu que não
325 havia recebido o Plano de Trabalho, ferramenta necessária para avaliação das justificativas para
326 mudança de regime, o novo vínculo. Com a palavra, o Prof. Ikeda informou que acabara de entregar
327 o Plano de Trabalho à secretária, que tentava projetá-lo para apreciação dos membros. Ele defendeu
328 que se sentia em condições de se dedicar exclusivamente à instituição, pois, havia rescindido um
329 vínculo externo que manteve até novembro último e, ainda, entendia que a alteração do regime de
330 trabalho traria maior equilíbrio para o curso, além de disponibilizar vagas 40 horas para as próximas
331 contratações, considerando a dificuldade de se encontrar profissionais dispostos a aceitar regime
332 Dedicção Exclusiva naquela área. Ele confirmou que havia consultado a comissão do curso sobre
333 alterações desse tipo e todos estavam de acordo e que no futuro outros deveriam reivindicar o
334 mesmo. Com a palavra, a Profa. Luciana lembrou que havia algum tempo o Prof. Ricardo Bueno
335 havia apresentado o mesmo tipo de pedido e que o processo precisou ser complementado e, assim,
336 ela questionava se os procedimentos estavam caminhando da forma devida ao que o Prof. Ricardo
337 respondeu que ainda faltava o Plano de Atividades. Ele comparou o processo de alteração de regime
338 de trabalho a uma corrida de obstáculos que iam sendo vencidos um a um. A Profa. Claudia Tessari
339 defendeu a Dedicção Exclusiva e lembrou que sempre fora favorável a esse regime de trabalho e
340 qualquer pedido para tal era muito bem visto. Também lembrou que muito esforço tinha sido feito
341 para que o curso de Ciências Atuariais tivesse mais docentes dedicando-se exclusivamente à
342 universidade. Ela argumentou que faltavam documentos para serem analisados. Relembrou que por
343 ocasião do pedido similar do Prof. Ricardo Bueno a representante do *campus* na CPPD, Profa.
344 Edilene, fora taxativa na orientação de que fosse apresentado um documento que justificasse a
345 necessidade daquela mudança. Ponderou que a Congregação aprovava o documento que seria
346 enviado à CPPD e que o órgão colegiado deveria consultar o documento para poder deliberar. Nesse
347 momento, o documento citado pelo Prof. Ikeda foi projetado e os membros puderam analisa-lo. Os
348 membros teceram suas considerações, fizeram sugestões e a Profa. Claudia questionou se havia a
349 necessidade de apresentação de um documento da comissão do curso atestando a necessidade dessa
350 alteração e a aprovação do Plano de Trabalho. O Prof. Ricardo Bueno assinalou que o próprio
351 solicitante era coordenador e presidia as reuniões da comissão de curso e, portanto, outra instância



352 superior deveria assinar. O Prof. Marcello Branco observou que no texto constava o curso de
353 Administração e outras pequenas incorreções. O Prof. Ikeda se prontificou a corrigir essas
354 imprecisões. Em regime de votação, **foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração do**
355 **regime de trabalho do Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda para Dedicção Exclusiva, com as**
356 **recomendações: • correção da palavra Administração; • substituição da categoria DII por**
357 **DIII, e • o compromisso de que o Plano de Atividades voltasse à Comissão de Curso para ser**
358 **avaliado.** O Prof. Murilo passou, então, a palavra ao vice-diretor administrativo e também membro
359 da Comissão de Infraestrutura e Espaço Físico para tratar do último ponto: **(11) Apresentação e**
360 **deliberação sobre projeto de eventual ampliação da Biblioteca** – O Sr. João explicou a
361 solicitação da biblioteca de ampliação do espaço, do acervo e de pessoal, cuja aprovação dependeria
362 dos recursos disponíveis, da viabilidade e de outras variáveis. Destacou que a Comissão de
363 Infraestrutura e Espaço Físico elaborou um estudo e propôs a alocação de uma sala de aula para
364 ampliação da biblioteca. Esclareceu que esse estudo seria submetido à direção antes de ser
365 encaminhado à ProPlan. A Profa. Luciana indagou se o estudo tinha considerado a escassez uma
366 sala de aula não faria falta à docência. A arquiteta Haluane fez a apresentação das duas propostas
367 arquitetônicas que eram projetadas para os membros. Apesar de apreciarem a ideia de ampliação da
368 biblioteca, os membros demonstraram preocupação com os possíveis transtornos das obras
369 sugeridas, seus custos, a escassez de recursos e a disputa pelo espaço físico, visto que o número
370 máximo de alunos seria atingido. Pesados os prós e contras das propostas, os membros julgaram
371 que todas as possibilidades já existentes deveriam ser esgotadas antes de se executar uma obra,
372 cujos custos extrapolavam o orçamento disponível. O Prof. Ikeda sugeriu maior controle de retirada
373 do acervo de forma que os usuários pudessem sair do ambiente da biblioteca evitando, assim, a
374 necessidade de maior espaço para estudo. Dessa forma, **em regime de votação foi aprovada por**
375 **maioria dos votos a proposta de suspensão do DOD, para não gerar um trabalho que poderia**
376 **vir a ser descartado, e envio à Comissão de Bibliotecas a sugestão de controle do RG, evitando-**
377 **se a realização de qualquer obra.** O Prof. Ricardo Bueno foi o único a votar contra, por defender
378 que o projeto fosse encaminhado ao mesmo tempo em que novo sistema de controle de retirada do
379 acervo fosse implantado. Todos agradeceram à apresentação da arquiteta e não tendo mais nada a
380 ser tratado o presidente encerrou os trabalhos às 14h09min e eu, Maristela Bencici Feldman lavrei
381 esta ata que vai assinada por todos os presentes.

382 Osasco, 06 de fevereiro de 2015.

383
384 _____
Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

385
386 _____
Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari



387

388

Sr. João Marcelino Subires

389

390

Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado

391

392

Prof. Dr. Prof. Dr. Marcello Simão Branco

393

394

Profa. Dra. Márcia de Carvalho Azevedo

395

396

Profa. Dra. Nena Geruza Cei

397

398

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

399

400

Prof. Dr. Prof. Dr. Marcello Simão Branco

401

402

Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveira

403

404

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno



405

406

Prof. Dra. Heloisa Candia Hollnagel

407

408

Prof. Dra. Luciana Massaro Onusic

409

410

Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira

411

412

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

413

414

Prof. Dra. Regiane Nitsch Bressan

415

416

Sra. Crysthian Grayce Raviani

417

418

Sra. Emilia Tiemi Shinkawa

419

420

Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira

421

422

Maristela Bencici Feldman